

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado Arrendador

O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume em maio de 2017 de novos negócios de R\$ 621 milhões (R\$ 472 milhões em junho de 2016). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em maio de 2017 apresentou um saldo de R\$ 13.251 bilhões (R\$ 15.436 bilhões em junho de 2016), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing. Estamos divulgando informações referentes aos mes

de maio de 2017 devido às informações de junho de 2017 não estarem disponíveis ainda. A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. alcançou o montante em 30 de junho de 2017 de R\$ 1.195.685 mil (R\$ 1.257.161 mil em 2016), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos entre 24 e 60 meses.

Fontes de Recursos

A HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário. A empresa está estruturada e capitalizada acreditando no crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social, no montante de R\$ 267.251 mil, composto de 264.508.606 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Brazil Holding B.V. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 565.216 mil. (2016 – R\$ 505.362 mil).

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no semestre findo em 30 de junho de 2017.

Barueri, 28 de agosto de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO	2017		2016	
Circulante	128.021	100.610	279.843	601.127
Disponibilidades	19.236	22.649	153.801	507.438
Operações de arrendamento mercantil	7.819	30.834	22.115	–
Arrendamentos a receber – setor privado	569.193	640.136	131.686	507.438
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(561.374)	(609.302)	126.042	93.689
Outros créditos	100.816	46.614	84.163	45.547
Diversos	100.816	46.614	1.467	1.332
Outros valores e bens	150	513	40.412	46.810
Bens não de uso próprio	99	467	–	–
Despesas antecipadas	51	46	–	–
Realizável a longo prazo	(1.156)	15.979	480.838	249.091
Operações de arrendamento mercantil	(64.039)	(72.309)	405.635	162.515
Arrendamentos a receber – setor privado	844.055	811.504	405.635	162.515
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(844.055)	(811.504)	75.203	86.576
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(64.039)	(72.309)	69.952	82.813
Outros créditos	62.883	88.288	5.251	3.763
Diversos	62.883	88.288	–	–
Permanente	1.199.032	1.238.991	565.216	505.362
Imobilizado de arrendamento	1.195.756	1.235.832	267.251	267.251
Bens arrendados	2.184.688	2.367.294	297.965	238.111
Superveniência de depreciações	312.717	331.251	–	–
Depreciações acumuladas	(1.301.649)	(1.462.713)	–	–
Perdas em arrendamento	3.276	–	–	–
Perdas em arrendamento a amortizar	7.352	–	–	–
Amortizações acumuladas	(4.076)	–	–	–
Diferido	–	3.159	–	–
Perdas em arrendamento a amortizar	–	9.248	–	–
Amortizações acumuladas	–	(6.089)	–	–
Total do ativo	1.325.897	1.355.580	1.325.897	1.355.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	2017		2016	
Circulante	279.843	601.127	279.843	601.127
Obrigações por empréstimos	153.801	507.438	153.801	507.438
Empréstimos no País – outras instituições	22.115	–	22.115	–
Empréstimos no exterior	131.686	507.438	131.686	507.438
Outras obrigações	126.042	93.689	126.042	93.689
Fiscais e previdenciárias	84.163	45.547	84.163	45.547
Sociais e estatutárias	1.467	1.332	1.467	1.332
Diversas	40.412	46.810	40.412	46.810
Exigível a longo prazo	480.838	249.091	480.838	249.091
Obrigações por empréstimos	405.635	162.515	405.635	162.515
Empréstimos no exterior	405.635	162.515	405.635	162.515
Outras obrigações	75.203	86.576	75.203	86.576
Fiscais e previdenciárias	69.952	82.813	69.952	82.813
Diversas	5.251	3.763	5.251	3.763
Patrimônio líquido	565.216	505.362	565.216	505.362
Capital social – de domiciliados no exterior	267.251	267.251	267.251	267.251
Reservas de lucros	297.965	238.111	297.965	238.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.325.897	1.355.580	1.325.897	1.355.580

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Semestres	
	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	425.420	462.969
Operações de arrendamento mercantil	425.420	462.969
Despesas da intermediação financeira	(368.215)	(409.502)
Operações de empréstimos e repasses	(30.419)	(32.240)
Operações de arrendamento mercantil	(332.850)	(372.465)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.946)	(4.797)
Resultado bruto da intermediação financeira	57.205	53.467
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.737)	(10.297)
Outras despesas administrativas	(12.033)	(11.826)
Despesas tributárias	(4.449)	(4.165)
Outras receitas operacionais	3.058	7.644
Outras despesas operacionais	(1.313)	(1.950)
Resultado operacional	42.468	43.170
Resultado não operacional	3.620	4.603
Resultado antes da tributação sobre o lucro	46.088	47.773
Imposto de renda e contribuição social	(20.358)	(24.409)
Imposto de renda	(8.090)	(13.573)
Contribuição social	(10.320)	(10.192)
Ativo fiscal diferido	(1.948)	(644)
Lucro líquido do semestre	25.730	23.364
Lucro por ação – R\$	0,10	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Semestres	
	2017	2016
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	25.730	23.364
Lucro líquido do semestre	25.730	23.364
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em):	238.254	262.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.946	(3.931)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo	2.058	644
Provisão (reversão) para perdas em bens não de uso próprio	(767)	112
Depreciações e amortizações	256.799	242.844
Provisão para perdas na venda de valor residual	1.087	182
Superveniência de depreciação	(19.194)	23.660
Prejuízo/lucro na alienação de bens não de uso próprio	(2.853)	4.715
Lucro na alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	(3.822)	(5.680)
Lucro líquido ajustado	263.984	285.910
Variação de ativos e obrigações (Aumento) redução em operações de arrendamento mercantil	7.575	(6.433)
(Aumento) em outros créditos	(31.109)	(20.309)
Aumento em outros valores e bens	(51)	(46)
Baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.359)	–
Aumento em outras obrigações	38.172	32.934
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	276.212	292.056
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento:	5.430	(4.886)
(Aquisição)/alienação de bens não de uso próprio	41.986	20.076
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	(290.510)	(397.224)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(5.660)	(5.149)
Aplicação no diferido	(248.754)	(387.183)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(248.754)	(387.183)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento:	(17.673)	110.354
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionado	–	1.332
Reversão de dividendos	–	(727)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(17.673)	110.059
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	9.785	15.832
Modificações em caixa e equivalentes de caixa	9.451	6.817
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	19.236	22.649
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	9.785	15.832
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	–	–
Composição de caixa e equivalentes de caixa	19.236	22.649
Disponibilidades	19.236	22.649
Total	19.236	22.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	267.251	12.198	203.154	–	462.603
Lucro líquido do semestre	–	–	–	23.364	23.364
Destinações:	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	1.168	–	(1.168)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(1.332)	(1.332)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	–	–	727	727	–
Constituição de reservas de lucros – outras	–	–	20.864	(20.864)	–
Saldos em 30 de junho de 2016	267.251	13.366	224.745	–	505.362
Saldos em 31 de dezembro de 2016	267.251	15.079	255.338	–	537.668
Lucro líquido do semestre	–	–	–	25.730	25.730
Destinações:	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	1.286	–	(1.286)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(1.467)	(1.467)
Reversão de dividendos	–	–	–	3.285	3.285
Constituição de reservas de lucros – outras	–	–	26.262	(26.262)	–
Saldos em 30 de junho de 2017	267.251	16.365	281.600	–	565.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O objetivo principal da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") é a prática de operações de arrendamento mercantil que são contratadas diretamente com os clientes corporativos da Hewlett Packard Brasil S.A., por meio do fornecimento de máquinas e equipamentos de informática e soluções tecnológicas e com clientes usuários de microcomputadores e periféricos por meio do canal de distribuição dos produtos HP. A sede social da Instituição é: Alameda Rio Negro, 750, Terreo – Sala 1 – Alphaville – Barueri-SP – CEP06454-000.

Os contratos de arrendamento mercantil são efetuados a taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) são efetuadas com recursos próprios e com recursos de empréstimos contraiados diretamente do exterior, e as operações vinculadas à variação cambial, exclusivamente com recursos de empréstimos contraiados diretamente do exterior.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo HP ("Grupo"). Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas do Banco Central do Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Rendas de arrendamento mercantil e apuração do resultado

As rendas de arrendamento são registradas quando dos vencimentos das parcelas contratuais, conforme determinado pela Portaria MF-140/84, não observando o regime de competência.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682, do (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

d) Imobilizado de arrendamento

Substancialmente representado por equipamentos de informática. A depreciação é calculada pelo método linear, contabilizada mensalmente, com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, prazos estes considerados com redução de 30% conforme previsto pela legislação fiscal.

e) Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

A alíquota da Contribuição Social foi elevada de 15% para 20% para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Nível de risco	Curso normal	Vencidas	Total da Carteira		2017		2016	
					Provisão	Total da Carteira	Provisão	Total da Carteira
AA	18.170	35	18.205	18.205	—	46.746	—	
A	94.821	72	94.893	94.893	0,50%	81.320	407	
B	707.926	86	708.012	708.012	1,00%	711.760	7.118	
C	203.743	489	204.232	204.232	3,00%	205.555	6.166	
D	45.334	657	45.991	45.991	10,00%	37.465	3.746	
E	19.028	72	19.100	19.100	30,00%	5.730	14.069	
F	29.938	2.517	32.455	32.455	50,00%	16.228	11.242	
G	4.036	7	4.043	4.043	70,00%	2.830	6.609	
H	13.592	733	14.325	14.325	100,00%	14.325	12.546	
Total	1.136.588	4.668	1.141.256	1.141.256		57.393	61.903	

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Semestres	
	2017	2016
Saldo inicial (leasing financeiro)	55.810	63.720
Complemento da provisão	3.942	6.836
Baixas contra a provisão	(2.359)	(8.653)
Saldo final (leasing financeiro)	57.393	61.903
Saldo inicial (leasing operacional)	5.642	12.520
Complemento (reversão) da provisão leasing operacional	1.004	(2.039)
Baixa contra a provisão	—	(75)
Saldo final (leasing operacional)	6.646	10.406
Saldo final	64.039	72.309

e) Concentração por clientes

	2017		2016	
	RS	% – Sobre total	RS	% – Sobre total
De 01 a 20	654.565	57,36	764.463	65,10
De 21 a 50	187.067	16,39	163.644	13,94
De 51 a 100	119.534	10,47	101.888	8,68
Acima de 101	180.090	15,78	144.220	12,28
Total	1.141.256	100,00	1.174.215	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas de bens arrendados

	Semestres	
	2017	2016
Saldo inicial	60.866	61.466
Constituições	1.087	182
Saldo final	61.953	61.648

O valor da provisão corresponde a 100% dos valores residuais dos contratos de arrendamento operacional e está contabilizado na rubrica "Despesas da intermediação financeira".

7. Outros créditos – diversos

	2017	2016
Créditos tributários (Nota 7a)	84.373	87.532
Imposto de renda a compensar	73.061	39.813
Devedores diversos – país	6.177	6.842
Outros devedores	88	715
Total	163.699	134.902
Parcela de curto prazo	100.816	46.614
Parcela de longo prazo	62.883	88.288

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 30/06/2017
Créditos tributários de imposto de renda	—	—	—	—
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	15.217	271	—	15.488
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	30.469	903	—	31.372
Imposto de renda sobre BNDU	206	—	(192)	14
Subtotal	45.892	1.174	(192)	46.874

Expectativa de realização

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Créditos tributários de imposto de renda	—	554	5.041	6.152	2.659	1.082	—	—	—	15.488
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	—	7.135	14.202	2.288	3.211	1.881	2.168	350	137	31.372
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa BNDU	—	14	—	—	—	—	—	—	—	14
Valor presente	—	7.703	19.243	8.440	5.870	2.963	2.168	350	137	46.874
Créditos tributários de contribuição social	—	5.884	13.199	5.197	3.246	1.471	967	140	49	30.153
Créditos tributários de contribuição social	48	396	4.033	4.922	2.127	865	—	—	—	12.391
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	9.511	3.909	4.491	988	2.569	1.505	1.734	280	110	25.097
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa BNDU	—	11	—	—	—	—	—	—	—	11
Valor presente	8.131	3.297	5.847	3.639	2.597	1.177	773	112	40	25.613

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,196% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

8. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para imposto de renda	43.506	24.213
Provisão para contribuição social	31.517	20.552
Imposto de renda retido na fonte a recolher PIS e COFINS	54	29
Imposto sobre serviços a recolher	708	568
Provisão para IRPJ diferido (Nota 8a1)	151	185
Total	78.179	82.813
Parcela de curto prazo	154.115	128.360
Parcela de longo prazo	84.163	45.547
Total	69.952	82.813

a.1) Provisão para imposto de renda diferido

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	2016	Constituição	Reversão	2017
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação	74.352	3.827	—	78.179
Total	74.352	3.827	—	78.179
	2015	Constituição	Reversão	2016
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação	89.998	—	(7.185)	82.813
Total	89.998	—	(7.185)	82.813

9. Obrigações por empréstimos

	Juros	Indexador	Vencimento	2017	2016
Empréstimos no país outras Instituições	—	—	—	—	—
Bank of America	1,35%	CDI	Até agosto 2017	22.115	—
Subtotal					
Empréstimos no exterior	—	—	—	—	—
HP Coordination Center	13,82389% a.a.	Pré-Fixado	Até junho 2017	—	237.428
Compaq Trademark B.V.	2,2918% a.a.	US\$	Até setembro de 2017	8.374	16.069
Compaq Trademark B.V.	13,2704% a.a.	Pré-Fixado	Até setembro de 2021	414.384	242.068
Hewlett-Packard Financial Services Company	102,1% do CDI a.a.	CDI	Até abril de 2021	114.563	174.388
Subtotal				537.321	669.953
Total				559.436	669.953
Parcela de curto prazo				153.801	507.438
Parcela de longo prazo				405.635	162.515

10. Contingências

Em 30 de junho de 2017, a Instituição não possuía passivos contingentes classificadas como perda provável.

Em 30 de junho de 2017, a Instituição possuía passivos contingentes classificados como perda possível no total de R\$ 5.739 oriundos de causas cíveis e ações fiscais.

11. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

Em 30 de junho de 2017, e 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado estava representado por 264.509.607 ações, sendo 264.508.606 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2017 a Instituição constituiu reserva legal de R\$ 1.286 (R\$ 1.168 em 2016).

c) **Reserva de lucros**

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Instituição, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração.

Em 30 de junho de 2017 a Instituição constituiu reserva de lucros de R\$ 20.864 (R\$ 26.262 em 2016).

d) **Dividendos**

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 6% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a lei:

	Semestre 2017	Semestre 2016
Lucro líquido do semestre	25.730	23.364
Constituição de reserva legal (5%)	1.286	1.168
Base para cálculo dos dividendos	24.444	22.196
Constituição de dividendos (6%)	1.467	1.332
Em 30 de junho de 2017 foram revertidos dividendos no montante de R\$ 3.285, em		

	2017		2016	
	Percentual de Provisão	Provisão	Total da Carteira	Provisão
Créditos tributários de contribuição social	—	—	46.746	—
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	0,50%	474	81.320	407
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	1,00%	7.080	711.760	7.118
Contribuição social sobre BNDU	3,00%	6.127	205.555	6.166
Subtotal	10,00%	4.599	37.465	3.746
Total	30,00%	5.730	46.898	14.069
	50,00%	16.228	22.483	11.242
	70,00%	2.830	9.442	6.609
	100,00%	14.325	12.546	12.546
		57.393	1.174.215	61.903

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 30/06/2017
Créditos tributários de imposto de renda	—	—	—	—
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	5.069	—	(5.069)	—
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	15.367	45	—	15.412
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	34.627	1.199	(2.806)	33.020
Imposto de renda sobre BNDU	168	29	—	197
Subtotal	55.231	74	(6.676)	48.629
Créditos tributários de contribuição social	—	—	—	—
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	12.293	37	—	12.330
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	27.702	959	(2.245)	26.416
Contribuição social sobre BNDU	135	22	—	157
Subtotal	40.130	1.018	(2.245)	38.903
Total	95.361	1.092	(8.921)	87.532

(a) O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 64.039 (2016 – R\$ 72.309), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 30 de junho de 2017, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Créditos tributários de imposto de renda	—	554	5.041	6.152	2.659	1.082	—	—	—	15.488
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	—	7.135	14.202	2.288	3.211	1.881	2.168	350	137	31.372
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa BNDU	—	14	—	—	—	—	—	—	—	14
Valor presente	—	7.703	19.243	8.440	5.870	2.963	2.168	350	137	46.874
Créditos tributários de contribuição social	—	5.884	13.199	5.197	3.246	1.471	967	140	49	30.153
Créditos tributários de contribuição social	48	396	4.033	4.922	2.127	865	—	—	—	12.391
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	9.511	3.909	4.491	988	2.569	1.505	1.734	280	110	25.097
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa BNDU	—	11	—	—	—	—	—	—	—	11
Valor presente	8.131	3.297	5.847	3.639	2.597	1.177	773	112	40	25.613

14. Resultado não operacional

	2017	2016
Lucro na alienação de valores e bens	2.853	4.715
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	767	(112)
Total	3.620	4.603

15. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	2017	2016
Passivo		
Sociais e estatutárias	1.467	1.332
Obrigações por empréstimos		
Hewlett-Packard Financial Services Company	114.563	174.388
Compaq Trademark B.V.	422.758	258.137
HP Coordination Center	—	237.428
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda.	1.216	2.435
Resultado		
Despesas com operações de empréstimos (*)		
HP Coordination Center (*)	—	(10.615)
Hewlett-Packard Financial Services Company (*)	(7.997)	(12.758)
Compaq Trademark B.V.		



**Hewlett Packard
Enterprise**

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado

CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet - <http://www.hp.com.br>

Tel.: (11) 4197-8000

Fax: (11) 4197-8356

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs.

Diretores e Acionistas da

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 5). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de a Companhia possuir contabilizado em 30 de junho de 2017 créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 84.373 mil conforme divulgado na nota 7 (a). A realização desses créditos depende da geração de lucros tributáveis futuros, conforme plano orçamentário preparado e aprovado

pela Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

 **Ernst & Young**
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora
CRC 1SP 198.827/O-3